



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



PARECER N. 08/2020

PROCESSO N. 01/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2019

Interessada: Comissão Permanente de Licitações.

Assunto: Processo administrativo de dispensa de licitação para locação de máquina semiautomática de bebidas.

1. RELATÓRIO

Cuida-se de processo administrativo de dispensa de licitação encaminhado pela Comissão Permanente de Licitações (Portaria n. 1.680/2019), postulando pela análise do procedimento de dispensa de licitação para contratação direta de locação de máquina semiautomática de multiprodutos para as seguintes bebidas: café, cappuccino, mocaccino, leite, chocolate, chá e água quente, para utilização na copa deste Legislativo.

O serviço fora previamente requisitado pela própria Presidência (fl. 02).

Ato contínuo, procedeu-se com a necessária pesquisa de preços, tendo sido recebidos 3 (três) orçamentos, nos valores mensais de R\$ 299,00 (*Central do Café Eireli* – fl. 06), R\$ 450,00 (*Prime Coffee* – fl. 21); e R\$ 345,00 (*Café Caiçara Ltda.* – fls. 26/26-verso).

Neste contexto, a Comissão Permanente de Licitações ofertou justificativa para a dispensa da licitação (fls. 32/32-verso), invocando, para tanto, a aplicabilidade da norma constante no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/1993; porquanto a estimativa da locação anual totalizará R\$ 3.588,00 (três mil e quinhentos e oitenta e oito reais).

Assim, vieram os autos para parecer acerca da regularidade da dispensa do processo licitatório.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



É a síntese do necessário. Opino.

2. PARECER

Cuida-se, em apertada síntese, de processo administrativo de dispensa de licitação, tendo por finalidade a contratação direta de empresa locadora de máquina semiautomática de multiprodutos para bebidas (café, *cappuccino*, *mocaccino*, *leite*, *chocolate*, *chá* e *água quente*).

A contratação direta a ser realizada, na esteira da justificativa ofertada pela Comissão Permanente de Licitações, tem por fundamento a hipótese de dispensa de licitação prevista no inciso II, do artigo 24, da Lei Federal n. 8.666/1993.

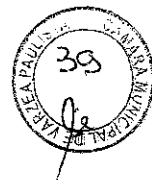
Em assim sendo, à luz das disposições contidas na Lei Geral de Licitações, e, ainda, a fim de afastar eventual ilegalidade na contratação, oportuno verificar a presença dos requisitos imprescindíveis arrolados pela doutrina e jurisprudência, especialmente daqueles constantes no Manual de Licitações e Contratações do egrégio Tribunal de Contas da União¹, a saber:

- “1. Solicitação do material ou serviço, com descrição clara do objeto;*
- 2. Justificativa da necessidade do objeto;*
- 3. Elaboração da especificação do objeto e, nas hipóteses de aquisição de material, das unidades e quantidades a serem adquiridas;*
- 4. Elaboração de projetos básico e executivo para obras e serviços, no que couber;*
- 5. Indicação dos recursos para a cobertura da despesa;*
- 6. Pesquisa de preços em, pelo menos, três fornecedores do ramo do objeto licitado;*

¹ < <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC81CA540A&inline=1> > Acesso em 25.07.2018.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



- *deverão as unidades gestoras integrantes do Sistema de Serviços Gerais do Governo Federal adotar preferencialmente o sistema de cotação eletrônica;*
- *caso não seja possível a obtenção de três propostas de preço, formular nos autos a devida justificativa;*
- 7. *Juntada aos autos do original das propostas;*
- 8. *Elaboração de mapa comparativo dos preços, quando for o caso;*
- 9. *Solicitação de amostra ou protótipo do produto de menor preço, se necessário;*
- 10. *Julgamento das propostas;*
- 11. *Juntada aos autos dos originais ou cópias autenticadas ou conferidas com o original dos documentos de habilitação exigidos do proponente ofertante do menor preço;*
 - *certificado de registro cadastral pode substituir os documentos de habilitação quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 8.666/1993;*
 - *nesse caso, deverá ser juntada aos autos cópia do certificado, com as informações respectivas;*
- 12. *Autorização do ordenador de despesa;*
- 13. *Emissão da nota de empenho;*
- 14. *Assinatura do contrato ou retirada da carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução do serviço, quando for o caso."*

Neste contexto, por **primeiro**, observa-se que o procedimento administrativo fora instaurado a partir de requisição da Presidência, com a descrição da máquina cuja locação se pretendia (fl. 02).

Por **segundo**, sob o aspecto formal, a contratação restou justificada, considerando, para tanto, *"a importância de se proporcionar um ambiente interno agradável, harmonioso, confortável e de qualidade a vereadores, servidores, demais visitantes desta*



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Câmara Municipal.”. Neste ponto, convém destacar que esta Procuradoria Jurídica, particularmente, possui ressalvas quanto à propriedade da despesa propriamente considerada. Todavia, em pesquisa ao repositório de jurisprudência do E. TCE/SP e do C. TJ/SP, não se constatou qualquer precedente versando sobre eventual ausência de interesse público na contratação. Ainda assim, para afastar qualquer irregularidade, conveniente que o ordenador da despesa ofereça maiores justificativas para a contratação. Daí porque, sem adentrar no mérito da despesa (*cujá competência deve ser reservada ao ordenador da despesa*) e com a ressalva particular desta Procuradoria Jurídica a ser sopesada, tem-se por atendido o item 2.

Ademais, e por **terceiro**, vê-se que a própria requisição (fl. 02) e, posteriormente, os pedidos de orçamento (fls. 03/26) contemplaram a especificação minuciosa da máquina, atendendo-se também o item 3.

Outrossim, e por **quarto**, a Diretoria Financeira indicou (fl. 33) os recursos para a cobertura da despesa (3.3.90.39.12.00.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos); de sorte a se atender o item 5.

Por **quinto**, há nos autos pesquisa de preços realizada com **3 (três) fornecedores** do ramo de locação de máquinas de café, restando devidamente documentadas todas as tratativas (fls. 03/26), inclusive com as propostas formais dos pretensos contratantes. Atendidos, assim, os itens 6 e 7.

Neste aspecto, e por **sexto**, também fora elaborado mapa comparativo dos preços obtidos (fls. 30/31), de modo a se observar o item 8.

O devido julgamento das propostas, por **sétimo**, fora realizado pela Comissão Permanente de Licitações, que, elegendo o critério menor preço, concluiu ser a proposta da empresa **Central do Café Eireli**, aquela mais vantajosa. Atendido, pois, o item 10.

Por **oitavo**, juntamente com a proposta da fornecedora com menor valor, encontram-se os documentos de habilitação, quais sejam, ficha cadastral simplificada (fl. 09), certidão negativa de todos os tributos municipais (fls. 11/13), certidão negativa de débitos



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



tributários da dívida ativa do Estado de São Paulo (fl. 14), certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (fl. 15), certidão negativa de débitos trabalhistas (fl. 16), certidão de regularidade do FGTS (fl. 17), certidão negativa de pedidos de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais (fl. 18) e ausência de registro no E. TCE/SP de impedimento de contratação/licitação (fl. 19).

Anote-se que tais documentos se mostram imprescindíveis para a preservação do princípio da isonomia nas contratações públicas, porquanto não se justificaria a contratação de fornecedora inadimplente, por exemplo, com suas obrigações tributárias em detrimento daquela que, diligentemente, cumpre com seus deveres. Assim, atendido está o item 11.

De outra banda, saliente-se inexistir, até o presente momento, autorização do ordenador da despesa (item 12) e emissão da nota de empenho (item 13).

É certo, entretanto, que, relativamente aos itens 12 e 13, caberá à Comissão Permanente de Licitações e à Diretoria Financeira a adoção das providências necessárias para o prosseguimento da contratação.

Por sua vez, analisando a minuta do “contrato de locação de bem móvel” (fls. 34/35-verso), vê-se o atendimento dos requisitos previstos no artigo 55, da Lei n. 8.666/1993.

Isto porque, (i) o objeto e seus elementos característicos estão devidamente descritos (Cláusula 1ª), (ii) forma e condições de fornecimento do equipamento locado (Cláusulas 1ª e 2ª), (iii) o preço, condições de pagamento e critério de atualização monetária estão devidamente discriminados (Cláusula 3ª), (iv) o início (imediato) da locação está devidamente descrito (Cláusula 2ª), (v) os direitos e as responsabilidades das partes, bem como penalidade e valores das multas também estão expressos (Cláusulas 4ª, 5ª e 8ª) e (vi) as hipóteses de rescisão estão descritas (Cláusula 8ª).

De mais a mais, e a despeito de ter se observado as providências anteriormente arroladas, força concluir, finalmente, que o caso em testilha se amolda ao quanto disposto no artigo 24, inciso II, da citada Lei n° 8.666/1993, que estabelece ser dispensável a licitação



Câmara Municipal de Várzea Paulista

Estado de São Paulo



“(…) para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”.

O limite para dispensa de licitação previsto no transcrito dispositivo, a partir das disposições inseridas por meio do Decreto Federal n. 9.412/2018 – *que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/1993* –, equivale ao montante de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais); sendo certo, neste pormenor, a locação anual perfaz a quantia de R\$ 3.588,00 (três mil e quinhentos e oitenta e oito reais), isto é, muito aquém do limite legal.

Desse modo, e salvo melhor juízo, entendo como regular e lícita a justificativa e o procedimento para a dispensa do procedimento licitatório, levando-se em consideração, para tanto, o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelas razões anteriormente expostas e por tudo mais que dos autos constam, nos exatos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, e apenas ressalvando a necessidade de se realizar juízo de valor quanto à oportunidade e conveniência da locação, entendo inexistir, salvo melhor juízo, vício formal no procedimento de dispensa da licitação e no contrato a ser celebrado com a empresa locadora.

É o parecer.

Várzea Paulista, 27 de janeiro de 2020.


Rafael Ribeiro Silva
Procurador Jurídico